

AS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS ATRAVÉS DA REVISÃO DE LITERATURA

Rita Celiane Alves Feitosa ¹
Gracione Batista Carneiro Almeida ²

RESUMO

A discussão sobre gênero e sexualidade tem ganhado relevância na educação, à medida que as sociedades ao redor do mundo reconhecem a necessidade de promover ambientes escolares inclusivos e respeitosos. Não se trata de aceitar, mas sim de compreender a diversidade de gênero e sexualidade. É sob esta perspectiva, que a formação continuada do professor é apontada como recurso imprescindível e gerador de impactos na construção da prática educativa. As práticas educativas acontecem a partir da reconstrução permanente da identidade pessoal e profissional do docente. Este estudo apresenta como objetivo geral analisar a formação de professores de ensino superior em relação as questões de gênero e sexualidade e suas implicações para as práticas educativas. Justifica-se pela necessidade de investigar como as questões de gênero e sexualidade tem sido envolvida nas práticas educativas nas formações dos docentes do ensino superior. A metodologia consisti de uma pesquisa bibliográfica a partir da revisão de literatura, utilizando para a análise dos dados, os estudos sobre gênero e sexualidade de GUACIRA LOURO (2014), CONNELL (2015) e ZABALZA (2004) e FREIRE (2005) sobre análise de práticas educativas a partir dos documentos normativos da educação. No contexto educacional, essa análise permitiu compreender como as políticas e práticas de ensino tem reforçado ou desafiado as normas sexuais dominantes. Os resultados apresentaram que as discussões envolvendo gênero e sexualidade nas práticas educativas ainda se apresentam a margem e de forma tímida e que a formação de professores pouco tem envolvido esses debates.

Palavras-chave: Gênero e sexualidade, formação de professores, práticas educativas.

INTRODUÇÃO

Gênero e sexualidade são conceitos socialmente construídos e permeados por normas culturais que definem comportamentos e identidades. A escola, como um reflexo da sociedade, frequentemente reforça essas normas, mas também tem o potencial de questioná-las e promover uma educação mais inclusiva.

¹Mestranda em Ensino em Saúde pelo Centro Universitário Dr Leão Sampaio. Formada em psicologia. Professora da Faculdade CECAPE. rita.feitosa@faculdadeccape.edu.br

² Mestre em Biblioteconomia pela UFCA. Professora do curso de Letras pela URCA- Campos Ssles, gracione.almeida@urca.br

Na formação de professores, a abordagem de gênero e sexualidade muitas vezes reflete a própria estrutura social conservadora, negligenciando a diversidade e reforçando estereótipos. No entanto, a crescente presença de movimentos sociais e debates sobre igualdade de gênero e diversidade sexual vem impulsionando a necessidade de uma reavaliação das práticas educativas.

Este estudo apresenta como objetivo geral analisar a formação de professores de ensino superior em relação as questões de gênero e sexualidade e suas implicações para as práticas educativas. Justifica-se pela necessidade de investigar como as questões de gênero e sexualidade tem sido envolvida nas práticas educativas nas formações dos docentes do ensino superior.

A metodologia consisti de uma pesquisa bibliográfica a partir da revisão de literatura, utilizando para a análise dos dados, os estudos sobre gênero e sexualidade de GUACIRA LOURO (2014), CONNELL (2015) e ZABALZA (2004) e FREIRE (2005) sobre análise de práticas educativas a partir dos documentos normativos da educação.

Conclui-se que, a análise da literatura sobre a formação de professores e a abordagem das questões de gênero e sexualidade nas práticas educativas revela uma lacuna significativa na preparação docente. Embora existam avanços e exemplos de boas práticas, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que as escolas se tornem espaços verdadeiramente inclusivos e acolhedores para todas as identidades de gênero e orientações sexuais.

ABORDAGEM DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS EDUCATIVAS

A formação continuada de professores é um processo sistemático e permanente de desenvolvimento profissional voltado para a atualização e ampliação dos conhecimentos, habilidades e competências dos educadores ao longo de suas carreiras.

Freire (2005) ressalta a importância de contextualizar o conhecimento de acordo com a realidade dos estudantes. Da mesma forma, a formação continuada de professores deve estar conectada às necessidades e realidades concretas dos educadores. Não basta uma formação genérica, ela deve ser situada, levando em consideração os desafios

A prática reflexiva, um dos pilares da formação continuada, promove o engajamento do professor com seu próprio processo de ensino-aprendizagem,

incentivando a identificação de necessidades de formação específicas e a implementação de estratégias pedagógicas mais eficazes. Além disso, a formação continuada é um mecanismo importante para a promoção da equidade educacional, uma vez que possibilita aos professores se atualizarem em relação às políticas educacionais, abordagens inclusivas e metodologias diversificadas, capacitando-os a lidar com a heterogeneidade das salas de aula e a promover uma educação mais inclusiva e de qualidade.

formação de professores pautada na questão de gênero e sexualidade é um tema crucial para a promoção de uma educação inclusiva e crítica, capaz de enfrentar preconceitos e discriminações presentes no ambiente escolar. Esse processo de formação deve ir além da simples transmissão de conteúdos acadêmicos, englobando a construção de uma sensibilidade pedagógica que reconheça as diversas identidades e expressões de gênero e sexualidade dos alunos. Para Zabalza (2004) o desenvolvimento profissional docente necessita ter sentido e significado para os professores: que tipo de formação? Formação para quê? Formação para quem? São destaques importantes para acontecer a adesão do grupo.

A discussão sobre gênero e sexualidade tem ganhado relevância crescente na educação, à medida que sociedades ao redor do mundo reconhecem a necessidade de promover ambientes escolares inclusivos e respeitosos.

Em contextos educacionais, essa discussão permite compreender como as políticas educacionais e práticas pedagógicas podem reforçar ou desafiar normas sexuais dominantes. A inclusão de educação sexual nas escolas não se limita à transmissão de informações sobre saúde reprodutiva, mas também à promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero. Dispomos de poucas informações sobre a forma como as escolas brasileiras conduzem aulas e atividades ligadas à educação sexual, inclusive, há aqueles/as que negam que a educação sexual seja uma missão da escola, cabendo este papel à família (Louro, 2014).

Apesar dos avanços teóricos e políticos, a implementação de práticas educacionais inclusivas enfrenta desafios significativos, incluindo resistências sociais e políticas. Os educadores devem ser capacitados para lidar com questões de gênero e sexualidade de maneira sensível e informada, promovendo um ambiente seguro e acolhedor para todos os estudantes (Connell *et al*, 2015).

Os documentos legais e normativos da educação tratam da questão de gênero e sexualidade como tema transversais, cabendo a escola trabalhar de forma geral conteúdos

que abordem a temática, uma vez que tratam de conhecimentos importantes para a compreensão da realidade e sociedade atual.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs: Orientação Sexual (1997, p.307):

Os conceitos relacionados à sexualidade e aquilo que se valoriza são também produções socioculturais. Como nos demais Temas Transversais, diferentes códigos de valores se contrapõem e disputam espaço. A exploração comercial, a propaganda e a mídia em geral têm feito uso abusivo da sexualidade, impondo valores discutíveis e transformadora em objeto de consumo.

Fica evidente a abordagem da temática como temas transversais neste documento oficial da educação. O mesmo apresenta a função da escola ao trabalhar a temática:

O trabalho sistemático de Orientação Sexual dentro da escola articula-se, também, com a promoção da saúde das crianças, dos adolescentes e dos jovens. A existência desse trabalho possibilita a realização de ações preventivas das doenças sexualmente transmissíveis/Aids de forma mais eficaz. Diversos estudos já demonstraram os poucos resultados obtidos por trabalhos esporádicos sobre esse assunto. Inúmeras pesquisas apontam também que apenas a informação não é suficiente para favorecer a adoção de comportamentos preventivos (PCNS, 1997, p.293).

Neste trecho, o documento trata a orientação sexual na escola voltada apenas para a questão da prevenção de doença ou infecções sexualmente transmissíveis-IST, como AIDs e outras. No entanto, como já discutido anteriormente, a orientação sexual não se restringe apenas a essa questão, especialmente no ambiente escolar.

De acordo com Gomes Filho et al. (2015) quando se propõe falar sobre questões de sexo, gênero e sexualidade no âmbito escolar, na grande maioria das vezes, esses debates possuem um grande enfoque biomédico; fala-se sobre as Doenças Sexualmente Transmissíveis e suas formas de prevenção, sobre as formas de reprodução e meios contraceptivos, sobre os aspectos fisiológicos do corpo, etc. Há dessa maneira uma redução da sexualidade a tais aspectos, o que deixa de lado outros debates de cunho histórico, social e filosófico, produzindo assim uma legitimação do sexo, gênero e da sexualidade como algo dotado de uma natureza, uma essência inerente ao ser humano.

O documento também aborda outras questões relevantes e polemica sobre a temática, afirmando que toda família, de forma implícita ou explícita, trabalha a

orientação sexual, o que na realidade, na maioria dos casos, não acontece e muitas famílias não falam sobre o assunto com seus filhos, ficando a cargo da escola desempenhar essa função.

Outro ponto discutido no documento é o fato de trabalhar a orientação sexual a partir das relações heteros, restringindo a sexualidade apenas a homens e mulheres, e a questões como ISTs e gravides indesejadas, ignorando a pluralidade de gênero.

Em relação aos professores e demais profissionais da educação:

As manifestações da sexualidade afloram em todas as faixas etárias. Ignorar, ocultar ou reprimir são respostas habituais dadas por profissionais da escola, baseados na ideia de que a sexualidade é assunto para ser lidado apenas pela família (PCNS, 1997, p.291).

Mesmo a sexualidade ser inerente ao ser humano em todas as faixas etária, muitas vezes os profissionais da educação, dentro do ambiente escolar, ignoram ou reprimem essas manifestações, podendo causar algum dano emocional na criança ou adolescente pertencente a este ambiente.

No que tange a formação de professores, existem mais indagações do que respostas em se tratando desse assunto:

Nos cursos de formação inicial ou continuada de docentes, em palestras, seminários e congressos, a expectativa dos (as) professores (as) e alunos (as) é aprender estratégias para “apagar incêndios”, ou seja, as perguntas sempre giram em torno de como proceder para resolver situações mais imediatas: o que fazer quando um aluno se masturbar? Como agir quando a criança pergunta sobre sexo? Como trabalhar a sexualidade com crianças pequenas? [...] (Felipe, 2007, p.34)

São questionamento que vão além apenas de relações heteros, ISTs ou gravidez, como abordado no PCN, e que muitas vezes os professores não se sentem preparados para trabalhar em sala de aula.

A Base Nacional Comum Curricular-BNCC é um documento normativo e regulatório que orienta equipes pedagógicas na elaboração de currículos locais a fim de determinar e desenvolver competências gerais e específicas durante cada etapa do ensino, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Este documento foi criado em 2014, no entanto a terceira versão foi homologada em 2017 para o ensino infantil e ensino fundamental, em 2018 para o ensino médio. A

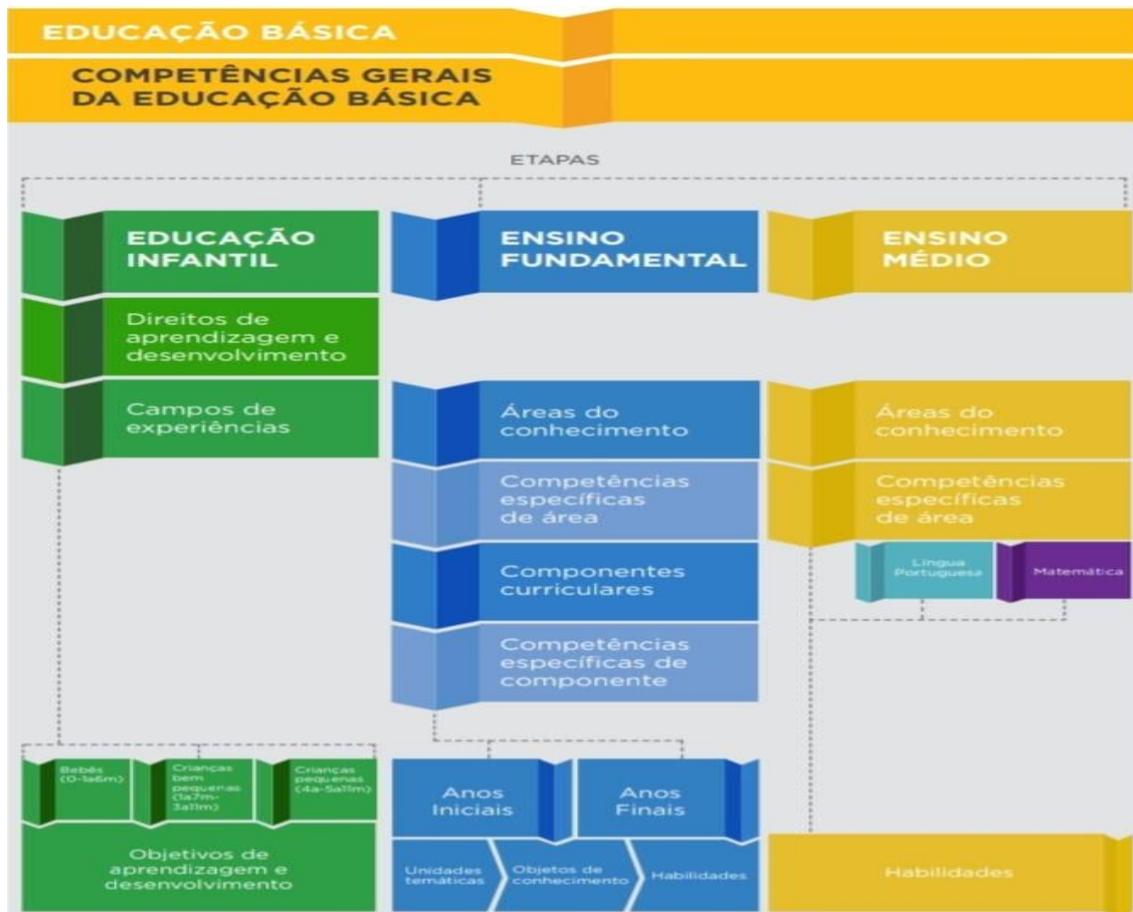
BNCC é estruturada em competências, definidas como habilidades, atitudes e valores para resolver questões do cotidiano.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (Brasil, BNCC, 2018, p.9).

A implementação da BNCC nas escolas brasileiras é um processo contínuo e exige o engajamento de gestores educacionais, professores, famílias e comunidades para que seus objetivos sejam alcançados plenamente.

Além de definir competências específicas em áreas como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais, a BNCC também promove a interdisciplinaridade e a transversalidade dos conhecimentos. Isso significa que os conteúdos são articulados de forma a proporcionar uma visão integrada e contextualizada do mundo aos estudantes, preparando-os para enfrentar desafios e tomar decisões de forma consciente e crítica. A estrutura apresenta-se da seguinte forma:

Figura 01: Estrutura da BNCC



Fonte: Basil, BNCC, 2018, p.26.

A BNCC, portanto, representa um marco importante na educação do país, buscando assegurar que todos os alunos tenham acesso a uma formação de qualidade e estejam preparados para os desafios do século XXI.

Entretanto existem controvérsias em relação as intenções e eficiência da BNCC, para Silva *et al* (2020) Trata-se de um documento que censura as singularidades, que desconsidera as especificidades de cada região brasileira ao impor de forma normatizadora um padrão único a ser seguido.

Em contrapartida, resgatamos mais uma vez o argumento de que no lugar da busca por soluções, temos hoje a BNCC aprovada e que carrega consigo várias intencionalidades, formatadas por interesses políticos, religiosos e mercadológicos, que ao invés de estimular o exercício da reflexão, opta por retirar termos, temas e temáticas que caminham em sentido oposto à ideologia hegemônica (MELLO; RORATO; SILVA, 2018; PICOLI, 2020, *apud* Silva *et al*, 2020).

No que se refere a gênero e sexualidade este documento apresenta de forma tímida uma abordagem e quase inexistente, tendo em vista a importância do tema para a

educação. Em relação a palavra “gênero”, citada inúmeras vezes, refere-se apenas a gêneros e produções textuais, em nenhum momento é empregada no sentido aqui discutido.

Sobre sexualidade, a palavra é citada apenas 5 vezes no decorrer de 600 páginas e com foco apenas na reprodução humana:

Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira (Brasil, BNCC, 2018, p.329).

Este é o único trecho onde efetivamente fala-se sobre sexualidade, em outro ponto refere-se a ciências do 8 ano, na unidade temática: vida e evolução, como mecanismos reprodutivos, sendo citada em algumas habilidades para estudar métodos contraceptivos, prevenção de ISTs e a sexualidade nas dimensões biológicas e culturais.

Fica evidente, a partir da análise desses trechos da BNCC, a ausência da discussão e proposição de ações pedagógicas voltadas para a temática, bem como a omissão do documento diante da questão de gênero e sexualidade na escola.

De acordo com Silva (2020) as primeiras versões da BNCC apresentavam de forma ampla e completa a temática em questão. Entretanto, o processo que culminou na aprovação da BNCC em dezembro de 2017 foi marcado por uma verticalização das decisões, a exemplo do que aconteceu com as questões de gênero e sexualidade, que foram removidas do documento pelo Conselho Nacional de Educação por orientações do MEC, e da posterior inclusão de religião como componente curricular obrigatório para o Ensino Fundamental (Silva, 2020).

Os trechos a seguir faziam parte dos componentes curriculares de Artes e Educação física:

Conhecer, fruir e analisar criticamente diferentes práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social e em diferentes sociedades, em distintos tempos e espaços, respeitando as diferenças de etnia, gênero, sexualidade e demais diversidades.

Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos, identificando nelas os marcadores sociais de classe social, gênero, geração, padrões corporais, pertencimento clubístico, raça/etnia, religião (Brasil. BNCC, 2015 apud Silva, 2020, p. 147).

No campo de experiência Corpo e Movimento, o corpo era trabalhado além das concepções biológicas:

O corpo expressa e carrega consigo não somente características e físicas e biológicas, mas também marcas de nosso pertencimento social que repercutem em quem somos e nas experiências que temos em relação ao gênero, à etnia ou raça, à classe, à religião e à sexualidade. CONHECER-SE nas diversas oportunidades de interações e explorações com seu corpo; reconhecer e valorizar o seu pertencimento de gênero, étnico-racial e religioso (Brasil. BNCC, 2015 apud Silva, 2020, p. 149).

De acordo com o autor, esses e outros trechos foram excluídos da versão final da BNCC pelo ministério da Educação. Essa afirmativa torna-se verdadeira a partir da análise do documento em relação a presença das palavras gênero e sexualidade, onde as mesmas aparecem poucas vezes e com sentidos opostos ao discutido neste trabalho.

Neste sentido, percebe-se que há uma divergência entre a abordagem da temática em questão nos documentos oficiais da educação, BNCC, PCNs e outros, que apresentam de forma limitada e restrita apenas a compreensão de corpo e relações envolvendo gravidez e ISTs, e os conceitos apresentados pelos teóricos aqui analisados, que apresentam uma visão sobre sexualidade que vai além da questão física e biológica.

Na ausência de elementos legais e omissão do governo e dos documentos oficiais, os professores podem trabalhar de forma efetiva em sala de aula com os alunos. Como sugeri Silva (2020, 159):

Dado esse cenário, cabe aos educadores e educadoras sensíveis as questões de gêneros e sexualidade desenvolverem estratégias para transversalizarem em sua atividade docente os debates sobre essas questões. Na falta de um instrumento legal, que oriente e legitime a abordagem a gênero, sexualidade, e outros marcadores sociais de diferença, e dada a existência de uma perseguição aos estudos de gênero e sexualidade, assim como aos direitos das pessoas LGBT, é urgente que gestemos ações para superação desse cenário.

Ao capacitar os estudantes com conhecimento crítico e empático, podemos construir uma sociedade mais justa e inclusiva para todos. Em resumo, práticas educativas sobre gênero e sexualidade em sala de aula são fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes. Pode-se criar ambientes educacionais que promovam a diversidade, o respeito e o bem-estar.

Superar desafios requer um compromisso contínuo com políticas inclusivas e um diálogo aberto entre educadores, alunos, famílias e comunidades. Essa abordagem não apenas prepara os estudantes para o mundo real, mas também os capacita a moldar um futuro mais justo e equitativo.

METODOLOGIA

A metodologia consisti de uma pesquisa bibliográfica a partir da revisão de literatura, utilizando para a análise dos dados, os estudos sobre gênero e sexualidade de GUACIRA LOURO (2014), CONNELL (2015) e ZABALZA (2004) e FREIRE (2005) sobre análise de práticas educativas a partir dos documentos normativos da educação.

Apresenta-se como documental ao analisar os documentos normativos e oficiais da educação BNCC e PCNs, a fim de promover uma reflexão sobre o debate de gênero e sexualidade abordados nestes documentos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise teórica realizada evidencia que o contexto educacional relacionado a gênero e sexualidade apresenta uma necessidade de atualização e modificação dos documentos oficiais, para se adequarem a realidade atual e fornecer subsídios para professores e demais profissionais da educação trabalharem com a temática de forma correta, eficiente e oficial, amparados por normativas.

Os desafios enfrentados pelos professores na abordagem de gênero e sexualidade em suas práticas são muitos, desde o desconhecimento teórico até o medo de retaliações sociais e institucionais. Muitos educadores ainda se veem presos a paradigmas tradicionais que vinculam gênero à biologia e sexualidade à heteronormatividade, ignorando as construções sociais e culturais envolvidas nesses conceitos. A falta de preparo adequado sobre esses temas pode resultar em abordagens excludentes ou preconceituosas, reforçando a marginalização de estudantes que não se enquadram nas normativas de gênero e sexualidade hegemônicas.

Destarte, implementar práticas educativas sobre gênero e sexualidade não está isento de desafios. Muitos educadores enfrentam resistência cultural e política ao abordar esses temas sensíveis. No entanto, escolas que adotam currículos inclusivos relatam benefícios significativos, como redução de bullying e melhorias na saúde mental dos estudantes. Para superar esses desafios, é essencial o apoio de políticas educacionais que promovam a inclusão e a diversidade.

Para o desenvolvimento de práticas educativas sobre a temática, seja na educação básica ou superior, é necessário reavaliar os documentos oficiais e normativos da educação, além de alinhar currículos, criar políticas públicas e promover uma formação continuada dos professores e demais profissionais da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação continuada assume um papel central na valorização profissional e no reconhecimento da importância do professor no contexto educacional, sendo uma prática que deve ser incentivada e sustentada por políticas públicas que garantam condições adequadas de acesso e incentivo à qualificação contínua.

É essencial que a formação inicial e continuada de professores inclua debates e reflexões sobre gênero e sexualidade, de maneira que os profissionais da educação compreendam a complexidade dessas questões e sejam capazes de atuar como mediadores do diálogo e do respeito à diversidade.

Este estudo evidencia que as políticas educacionais também têm papel importante ao garantir que temas como gênero e sexualidade sejam tratados de maneira transversal no currículo escolar. Isso favorece a construção de um ambiente educacional acolhedor e livre de preconceitos, onde todos os estudantes, independentemente de suas identidades, possam se sentir respeitados e valorizados.

Conclui-se, por tanto, que uma formação de professores comprometida com as questões de gênero e sexualidade promove a criação de espaços educativos mais justos e equitativos, ajudando a combater a violência e o preconceito nas escolas, e preparando os jovens para viverem em uma sociedade plural e diversa.

REFERENCIAS:

BRASIL, Ministério da Educação, **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual**, Brasília, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CONNELL, Raewyn, et al. **Gênero: Uma perspectiva global**. São Paulo: nverso Editora, 2015.

FELIPE, Jane. Do Amor (ou de como Glamourizar a vida): apontamentos em torno de uma educação para a sexualidade. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa, et al. **Corpo, Gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas**. Editora da FURG, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. – São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GOMES FILHO, A. S. et al. **“Meninas para um Lado, Meninos para o Outro”**: Questões de Gênero e Sexualidade na Escola. In: Anais do XV Encontro de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade de Fortaleza-UNIFOR. Fortaleza-CE: UNIFOR, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 16. Ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2014.

SILVA, Juliana Collares da, *et al.* Gênero e Sexualidade na BNCC: Uma Análise Sob a Perspectiva Freireana. **Revista Diversidade e Educação**, v. 8, n. 2, p.152-176, Jul/Dez, 2020.

SILVA, Elder Luan dos Santos. **Pânico moral e as questões de gênero e sexualidade na BNCC**. História, histórias, vol. 8, nº 16, jul./dez. 2020. <http://dx.doi.org/10.26512/rhh.v8i16.31928>

ZABALZA, Miguel A. **O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas**. Porto Alegre: Artmed, 2004.